

# A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS(AS) PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Poliane de Lima Vaz da Costa<sup>1</sup>  
Antonio Alves Ferreira<sup>2</sup>

## RESUMO

Debates em torno da valorização docente consistem em um processo histórico. Contudo, tais discussões nos movem a refletir sobre a valorização profissional dos professores(as), em especial, da Educação Infantil. Para explorar tal lacuna, o presente artigo busca discutir o contexto histórico das políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil, bem como refletir acerca das condições de trabalho e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil. A natureza da pesquisa é básica, de abordagem qualitativa, tendo as pesquisas bibliográfica e documental como caminhos para as reflexões apresentadas. A pesquisa está pautada à luz dos teóricos: Locatelli e Vieira (2019), Gatti e Barreto (2009) e outros; além de documentos oficiais, como: a Constituição Federal (1988), Rcn (1998) Dcnei (2009), LDBEN 9.394/1996, o PNE (2014-2024). Os resultados indicaram que, a valorização docente está para além da remuneração, ela se configura em boas condições de trabalho, de formação continuada, remuneração digna para que se promova uma educação de qualidade. Nesse sentido, compreendemos que é necessário investir na valorização dos professores(as), para que tenham condições plenas de realizar um efetivo exercício da profissão, promovendo assim, uma educação de qualidade. Na Educação Infantil, a efetivação dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, pressupõe que o Estado garanta condições de formação, respeitando os profissionais nos seus direitos à valorização.

**Palavras-chave:** Valorização docente, Políticas públicas, Educação Infantil, Qualidade.

## INTRODUÇÃO

Debates em torno da valorização docente consistem em um processo histórico. A relação entre valorização docente e qualidade da educação estão intrinsecamente associados, uma vez que, profissionais qualificados, bem assegurados em suas condições de trabalho e remuneração, acabam refletindo no bom desempenho de seu exercício docente. Nesse sentido, ao discutirmos sobre a educação pública de qualidade, de direitos e para todos, é importante refletirmos sobre a valorização profissional dos professores, em especial, da Educação Infantil, foco deste estudo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Educação da Universidade Estadual do Maranhão-MA, [polianeelima7@gmail.com](mailto:polianeelima7@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientador do trabalho: Professor Doutor em Educação, Universidade Estadual do Maranhão-MA, PPGE-UEMA [antonio.alves@uemasul.edu.br](mailto:antonio.alves@uemasul.edu.br)

Após os avanços e conquistas na década de 90, o cenário educacional brasileiro passa por grandes transformações pautada nos marcos legais, dentre eles, a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 206 determina sobre a valorização dos profissionais de ensino (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei nº. 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 67, reafirma os princípios constitucionais (BRASIL, 1996). Além disso, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) proporcionou novos olhares para os profissionais das Educação Infantil (BRASIL, 2020). E por fim, o novo Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira, que abrange a valorização dos professores e Educação Infantil.

No tocante a Educação Infantil, a proposta dos Indicadores de qualidade da Educação Infantil (2009) aponta que, um dos fatores que mais contribuem na qualidade da educação diz respeito à qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças, devendo ser garantido a estes boas condições de trabalho, remuneração, formação de qualidade, além do apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais

Assim, pretendemos, com esta pesquisa, responder o seguinte questionamento: Como a valorização profissional de professores (as) reflete para uma educação de qualidade na Educação Infantil.? Considerando o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

Esse estudo justifica-se em razão das inquietações e experiências da primeira autora, sobretudo, atuando como professora e coordenadora pedagógica na Educação Infantil, no que se refere à valorização profissional de professores da Educação Infantil. Para empreender esse trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa e análise de dados bibliográficos, os quais foram acessados, por meio de leituras, como: Campos (2006), Locatelli e Vieira (2019) e outros; além de documentos oficiais, como: a Constituição Federal (1988), a LDBEN 9.394/1996, o PNE (2014-2024) entre outros. que discorrem acerca do tema em estudo. Nessa perspectiva, o estudo abordado possibilitará reflexões teóricas e metodológicas sobre a valorização do trabalho docente na Educação Infantil, bem como, uma reflexão sobre impactos para o contexto da prática pedagógica. Ademais, contribuirá com o debate em torno da questão, servindo de base para futuros estudos.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi norteado pelos princípios da abordagem qualitativa de investigação científica. Destarte, essa pesquisa se apresenta metodologicamente como adotando uma *abordagem qualitativa*. Segundo as definições de pesquisa qualitativa, lida-se nela com fatos que não podemos mensurar (Minayo, 2004). Em face disso,

O enfoque qualitativo é selecionado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade (Sampieri; Colado; Lucio, 2013, p. 376).

Para atingir os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste estudo, realizamos uma revisão bibliográfica, e nisso, os instrumentos utilizados na realização dessa pesquisa, foram: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado, pois, de acordo com Boccato (2006, p. 266), “[...] é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação”. Desse modo, o nosso estudo envolve a obtenção de dados descritivos sobre elementos para analisar o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A valorização docente se constitui como tema fulcral no campo educacional. Nessa perspectiva, se faz necessário refletirmos acerca das políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil visto que, ao compararmos os profissionais da educação de outros níveis de ensino, os docentes que atuam na Educação Infantil são mais desvalorizados no que se refere a salário, formação e reconhecimento social (Alvarenga, 2014). A autora acrescenta ainda que, professores(as) da Educação Infantil tem sua função mais cobrada, dado às exigências de

atuação e diversificação para atuar nessa etapa da educação básica. Mas o que vem a ser valorização docente? Segundo Gatti e Barreto (2009) entendem que a:

[...] valorização da profissão de professor da educação básica passa pela própria formação dos docentes e pelas condições de carreira e de salários vinculadas a ela, bem como pelas condições concretas de trabalho nas escolas, políticas que visem contribuir para o desenvolvimento da profissionalidade (competência, qualificação mais aprofundada) e da profissionalização dos professores demandam a superação de alguns entraves para o exercício da docência na direção de melhoria da formação e das aprendizagens das novas gerações. (Gatti; Barreto, 2009, p. 252).

Tal pensamento vai de encontro às ideias de (Oliveira e Assunção, 2010) ao tratar acerca das condições de trabalho que se referem tanto aos aspectos estruturais, como disponibilização de instalações físicas, materiais didáticos, equipamentos e meios de realização das atividades - quanto às relações que denotam o processo de trabalho e as condições de emprego, representadas pelas formas de ingresso, contratação, remuneração e carreira. Nesse sentido, percebe-se que são muitos os desafios para a efetivação desses direitos.

No que se refere a Educação Infantil, essa etapa se expandiu sobretudo a partir da década de 1990, instituindo-se como primeira etapa da educação básica, sendo competência dos municípios quanto a oferta pública em creches e pré-escolas. (Locatelli; Vieira 2019). Ainda segundo as autoras, tal expansão deve-se ao processo de urbanização, necessitando de educação e cuidado de bebês e crianças pequenas em espaços não domésticos, com crescente profissionalização (Locatelli e Vieira, 2019, p. 264), exigindo-se profissionais qualificados para atuar nesta etapa da educação básica. No entanto, Corrêa aponta para a baixa qualidade do atendimento ofertado para as crianças.

Defendia-se, por um lado, a ideia de que o importante era atender a todas as crianças “necessitadas”, não sendo possível preocupar-se com padrões de qualidade para esse atendimento e, por outro, que era preciso otimizar os poucos recursos disponíveis, além de envolver a comunidade nessa tarefa. (Corrêa, 2002, p.16-17)

Diante do cenário de precarização, movimentos e lutas quanto à oferta de um atendimento de qualidade para a Educação Infantil, surge a influência dos organismos internacionais em torno das políticas assistenciais<sup>3</sup> destinadas à infância nos países subdesenvolvidos (Guimarães, 2017). A justificativa da implantação de políticas voltadas para primeira infância por organismos internacionais era contribuir para o desenvolvimento das crianças, garantindo a elas acesso aos direitos e bens culturais (Campos, 2021). Tanto a

---

<sup>3</sup> O termo assistencial refere-se ao ato acompanhar o indivíduo que precisa de assistência. Nesse sentido, o termo adotado para essa etapa de ensino é pertinente, pois não se faz Educação Infantil sem dialogar com a área da saúde, assistência social, isto é, são necessárias ações de intersetorialidade entre educação e outras áreas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) quanto o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) desempenharam seu papel a partir dos anos 1970. No entanto, a maior influência deriva do Banco Mundial (BM) a partir dos anos de 1990 (Guimarães, 2017).

A luta pela Educação Infantil de qualidade como direito de toda criança ganhou maior força, com a Constituição Federal (CF) de 1988. Houve o grande marco na história do atendimento à infância e garantia aos direitos da criança pequena, além de a Carta Magna configurar para a Educação Infantil uma enorme abertura na política educacional do país, ao estabelecer: Junto aos investimentos do BM, havia a difusão de ideias, pois os representantes promoviam conhecimentos específicos e propagavam novas formas de pensar a Educação Infantil, a qual, por sua vez, foi uma expressão substituída por desenvolvimento infantil (Campos, 2021). Contudo, de acordo com Rosemberg (2002), embora os organismos internacionais tenham influenciado as políticas de Educação Infantil nos países subdesenvolvidos, a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, ainda apresentava os espaços físicos com condições precárias, precariedade de material pedagógico e a qualificação profissional abaixo da ideal.

Porém, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN/1996, vários outros documentos acerca da Educação Infantil surgiram. De acordo com Mello e Sudbrack (2019), tais documentos/leis seriam Rnei/1998, Dcnei/2009, Bncc/2017, entre outros, os quais serviriam para nortear a prática pedagógica dos(as) professores(as) da Educação Infantil, os currículos, formações e as propostas pedagógicas. Já sobre os movimentos e lutas em prol da democratização da escola pública, houve aqueles liderados pelas mães, mulheres trabalhadoras, e que demandavam por creches, corroborando para a conquista da inserção da criança na legislação brasileira, a fim de reconhecer essa etapa como dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (Oliveira, 2011).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os estudos em torno da valorização profissional dos(as) professores(as) da Educação Infantil e suas implicações para uma educação de qualidade nos permitem compreender que que as condições de trabalho docente como, formação continuada, remuneração, carreira, espaços físicos e pedagógicos consistem em uma condição *sine qua non* para o pleno exercício da profissão. Compreendemos também que essa valorização traz possibilidades, ampliando as condições para a efetivação de um processo de ensino de qualidade. Tal valorização possibilita

construir saberes, refletir criticamente sobre suas práticas, espaços e condições de trabalho adequados à prática pedagógica na Educação Infantil. Neste sentido, este estudo teve como objetivo analisar o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente na Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

Com a inserção da criança na legislação, como sujeito de direito, a partir da Constituição Federal de 1988, reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, conforme a Lei 8.069/1990 (Brasil, 1990). Nessa mesma década, surgiram uma série de documentos voltados para melhorias de oferta no atendimento a essa etapa da Educação Básica. Nesse sentido, a valorização deste profissional da Educação Infantil é realçada, em 2006, quando o Ministério da Educação coordena a elaboração do documento: “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação”, no qual são definidos, entre outros, os objetivos de fortalecer a concepção de educação e cuidado, como aspectos indissociáveis e promover a melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil, além da necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar em creches e pré-escolas, como condição para a melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2006). Diante desse contexto, em que a valorização docente influi na qualidade da educação, precisamos refletir os significados da qualidade da Educação Infantil.

Para a Educação Infantil, o cenário de qualidade começa a partir das proposições de estudos sobre as condições de oferta das instituições destinadas a atender crianças. Para Campos (2006, p. 89), os estudos revelaram as precárias condições dos prédios e equipamentos, falta de materiais pedagógicos, a baixa escolaridade e a falta de formação dos educadores. Esse contexto, marcado por precariedade e desvalorização dos educadores, certamente, acabou influenciando a redação das legislações, inserindo-os como prioridade nas políticas educacionais que articulam qualidade e valorização docente, além da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), a qual reafirma os princípios constitucionais.

O avanço acerca das concepções de infância tem corroborado novas exigências dos profissionais que atuam na Educação Infantil. De acordo com Locatelli e Vieira (2019), o direito da criança à educação está intrinsicamente ligado às políticas educativas que garantem boas condições de infraestrutura e profissionais qualificados, já que ambos contribuem para uma educação de qualidade.

Diante do exposto até aqui, podemos perceber que a oferta de uma Educação Infantil de qualidade está relacionada à valorização profissional, bem como às boas condições de trabalho para o funcionamento e a manutenção das escolas, para a formação inicial e continuada de qualidade, que possibilite construir saberes e refletir criticamente sobre suas práticas. Essas condições se configuram como pilares essenciais para o exercício e a melhoria da prática pedagógica na educação, e, em especial, na Educação Infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi discutir o contexto histórico e as políticas públicas de valorização docente no contexto da Educação Infantil, bem como refletir acerca da valorização docente e suas implicações para uma educação de qualidade na Educação Infantil.

Nesse sentido, verificamos que estamos diante de questões antigas, ou seja, nas últimas décadas, muito se tem feito no campo das políticas públicas para a valorização docente. Porém, cabe destacar que, mesmo diante de lutas pela melhoria das condições de trabalho, é necessário um esforço conjunto dos entes estaduais, municipais e federais para que toda e qualquer política pública seja concretizada e precisa estar assegurada por recursos financeiros. A valorização docente está para além da remuneração. Ela se configura em boas condições de trabalho, de formação continuada, remuneração digna para que se promova uma educação de qualidade, não voltada para a lógica do mercado, mas sim, uma educação de qualidade que priorize o desenvolvimento integral da criança, na perspectiva de um ser reflexivo e autônomo.

Portanto, a partir das leituras realizadas, compreendemos que é necessário investir na valorização dos professores, para que eles tenham condições plenas de realizar um efetivo exercício da profissão, promovendo assim, uma educação de qualidade. Na Educação Infantil, a efetivação dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, pressupõe que o Estado garanta condições de formação, respeitando os profissionais nos seus direitos à valorização

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, V. C. O impacto das políticas públicas no processo de profissionalização na Educação Infantil. In: SILVA, V. M.; MEDINA, S. (Org.). **Trabalho docente e políticas educacionais para a educação infantil: desafios contemporâneos**. Uberlândia: Edufu, 2014. p.77-100.

BRASIL (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**: introdução. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol\\_inf\\_eduinf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf). Acesso em: 06 nov. 2022.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAMPOS, M. M. A qualidade da Educação Infantil Brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p.87-128, jan./abr., 2006.

CAMPOS, M. I. F. Políticas Públicas de Educação Infantil: cenários e implicações. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; CAMPOS, M. I. F.; GIL, M. O. G (Org.). **Políticas públicas de Educação Infantil**. Petrópolis: CAPES/CNPq, 2021. p. 19-45.

CORRÊA, B. C. A educação infantil. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na CF e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p.13-32.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017.



LOCATELLI, A. S.; VIEIRA, L. F. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 263-281, nov./dez., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/KZG35fvnLnkgMpygm34JDbd/?format=pdf>> acesso em: 09/10/2023.

MELLO, A. P. B.; SUDBRACK, E. M. Caminhos da Educação Infantil: da constituição de 1988 até a BNCC. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, e019031, 2019. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653416>>. acesso em: 09/10/2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abraso, 2004.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2010. p. 1-8.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.